



Seminário

Descentralização e Regionalização em Portugal: Ensinamentos da experiência internacional e recomendações

“Os pontos fortes e os desafios inerentes à
governança multinível em Portugal: Um
diagnóstico numa perspetiva internacional”

Duarte Rodrigues

Vice presidente da
Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Porto, 8 de abril de 2019

Relatório do
Desenvolvimento
& Coesão



PROCESSOS DE
CONVERGÊNCIA
ECONÓMICA NOS
TERRITÓRIOS DA UNIÃO
EUROPEIA

SERVIÇOS SOCIAIS DE
INTERESSE GERAL E
COESÃO TERRITORIAL

GOVERNANÇA MULTINÍVEL



Versão on-line



<http://www.adcoesao.pt/content/debates-tematicos-ou-territoriais>



QUEM
SOMOS

FUNDOS DA UNIÃO
EUROPEIA

DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Início > Relatório do Desenvolvimento & Coesão - 2018

A A A

Relatório do Desenvolvimento & Coesão - 2018

(soon in English)

O **Relatório do Desenvolvimento & Coesão - 2018**, produzido pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C), no âmbito da sua **missão de coordenação da política de desenvolvimento regional**, pretende ser um exercício que tem em consideração os temas mais relevantes em cada momento, bem como a necessidade de produção de conhecimento específico de apoio à tomada de decisão. Atendendo a esta ambição, e sem ter uma periodicidade fixa, as abordagens não são necessariamente exaustivas, assumindo-se antes como elementos de mobilização para a reflexão coletiva.

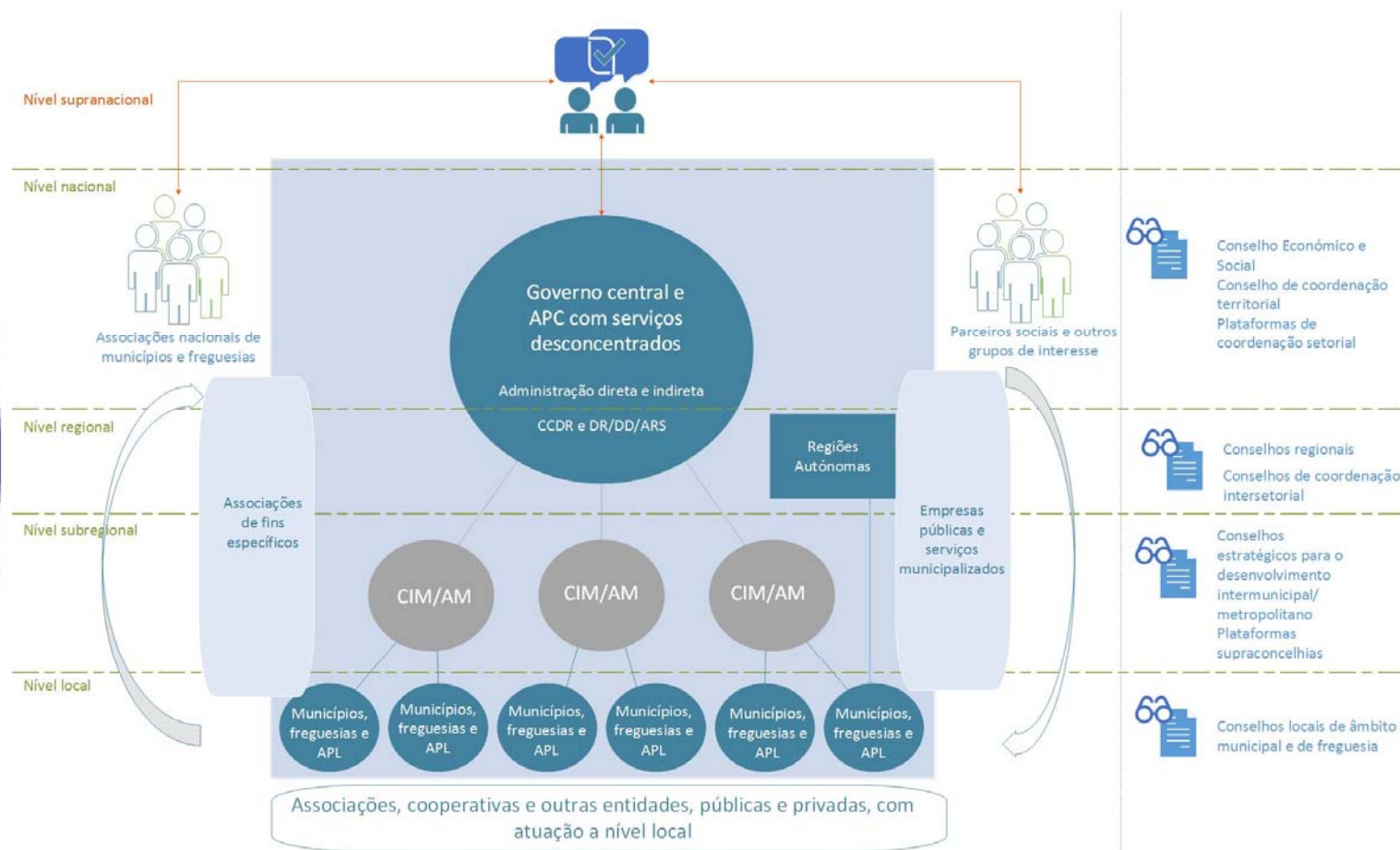
Este relatório assenta em **três temas** relevantes para a compreensão da evolução da Política Regional em Portugal: os **processos de convergência regional**; a **provisão de serviços sociais de interesse geral**; e a **governança multinível em Portugal**.



Relatório do
Desenvolvimento
& Coesão



Modelo de governança multinível em Portugal



AM - Área Metropolitana
ARS - Administração Regional de Saúde
DD - Delegação Distrital

LEGENDA:
APC - Administração Pública Central
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
DR - Delegação Regional

APL - Administração Pública Local
CIM - Comunidade Intermunicipal

Investimento público eficaz nos vários níveis de governo (OCDE)



A – Coordenar o investimento público entre níveis de governo e entre políticas

1. Investir através de uma estratégia integrada ajustada a diferentes realidades locais.
2. Adotar instrumentos eficazes para coordenar a relação entre os diferentes níveis de governo.
3. Promover a coordenação horizontal entre os governos subnacionais, de modo a investir na escala relevante.

B – Fortalecer as capacidades de investimento público e promover a aprendizagem de políticas em todos os níveis de governo

4. Avaliar antecipadamente os impactos a longo prazo e os riscos do investimento público.
5. Envolver as partes interessadas ao longo do ciclo de investimento.
6. Mobilizar atores privados e instituições de financiamento de modo a diversificar as fontes de financiamento e fortalecer as capacidades institucionais.
7. Reforçar as competências de funcionários públicos e instituições envolvidas no investimento público.
8. Focar nos resultados e promover a aprendizagem a partir da experiência.

C – Assegurar as condições adequadas para o investimento público em todos os níveis de governo

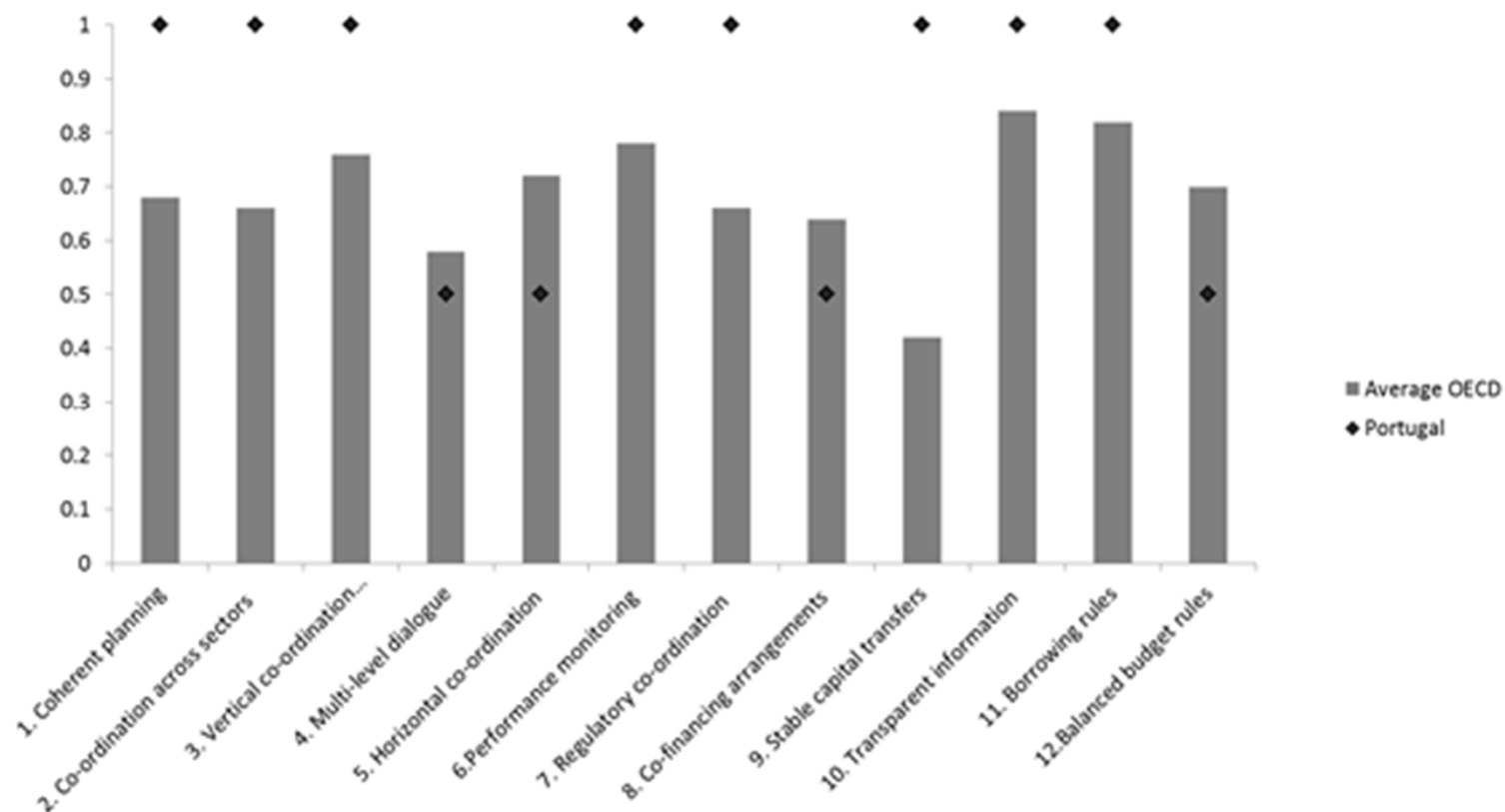
9. Desenvolver um quadro fiscal adaptado aos objetivos de investimento.
10. Exigir uma gestão financeira sólida e transparente em todos os níveis de governo.
11. Promover a transparência e o uso estratégico da contratação pública em todos os níveis de governo.
12. Pugnar pela qualidade e consistência dos sistemas regulatórios entre os níveis de governo.

FONTE: <http://www.oecd.org/regional/regional-policy/Principles-Public-Investment.pdf>.

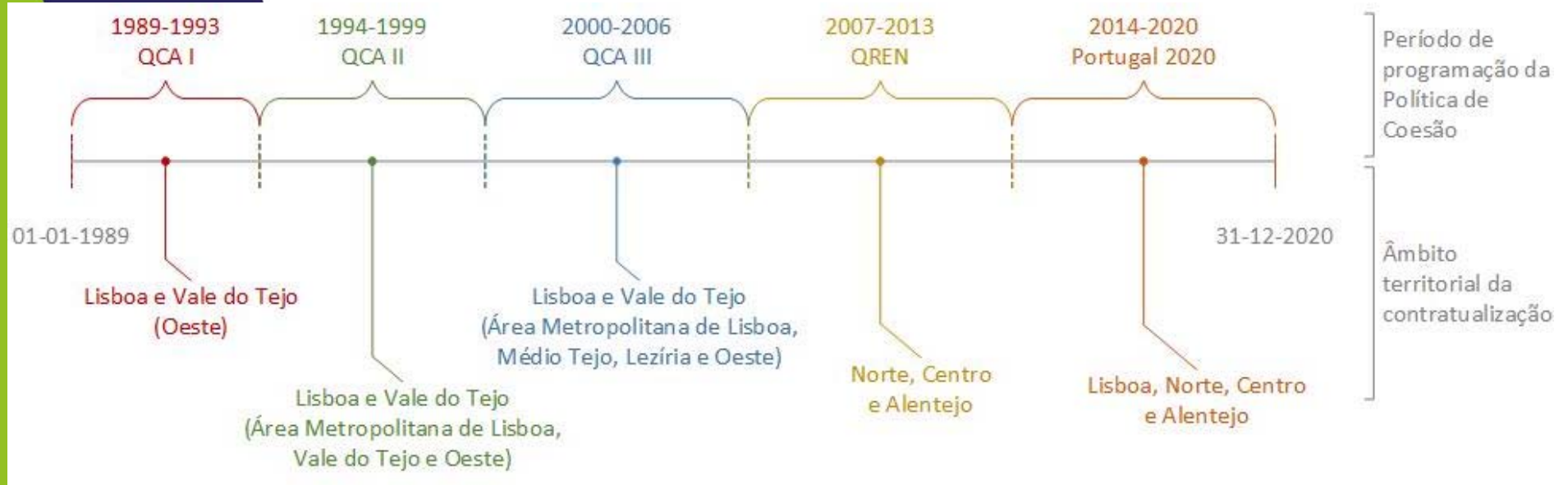
Investimento público eficaz nos vários níveis de governo (OCDE)

Indicadores de coordenação do investimento público para o desenvolvimento regional

Posicionamento de Portugal face à média OCDE

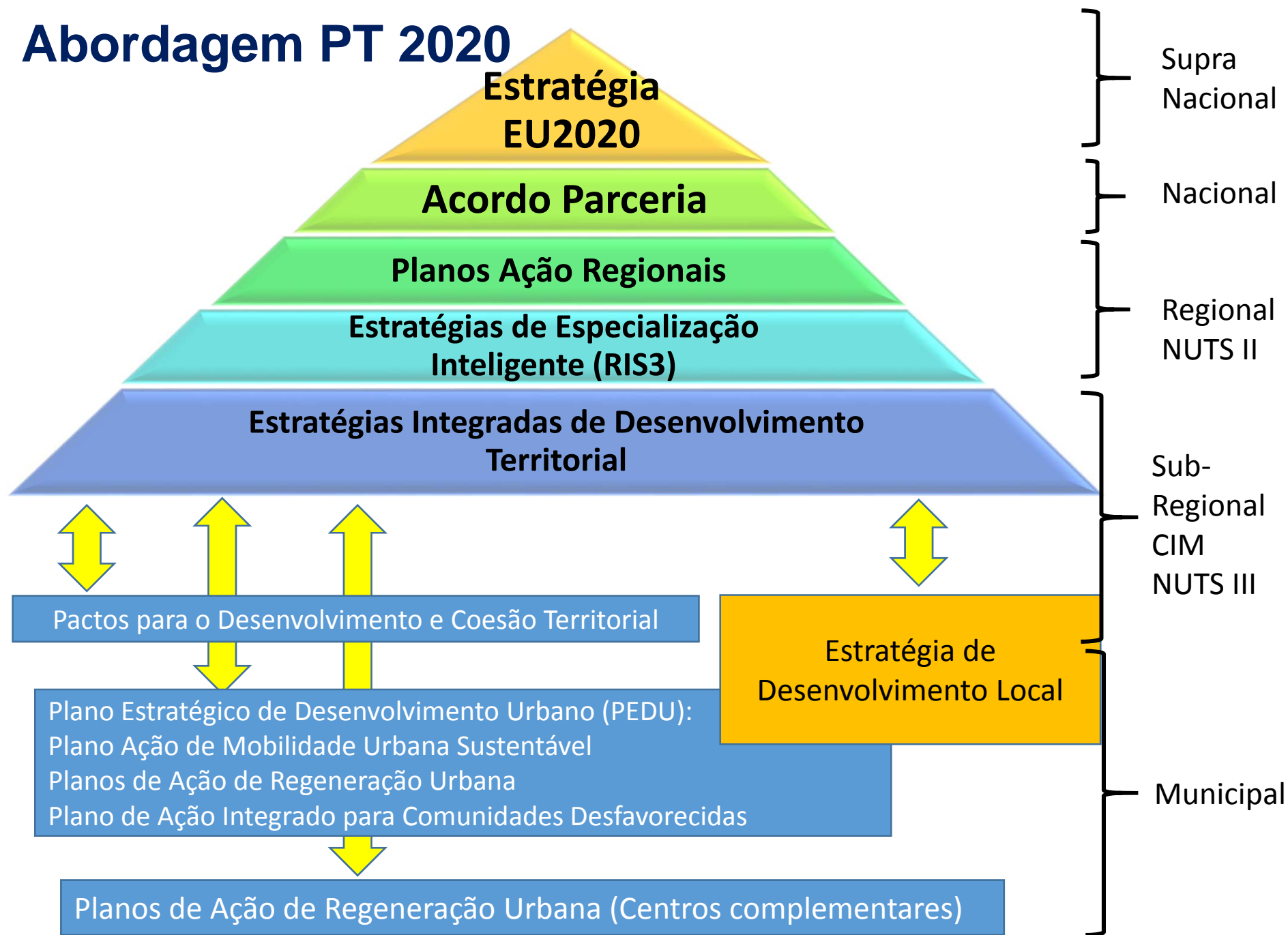


Política de Coesão e contratualização em Portugal

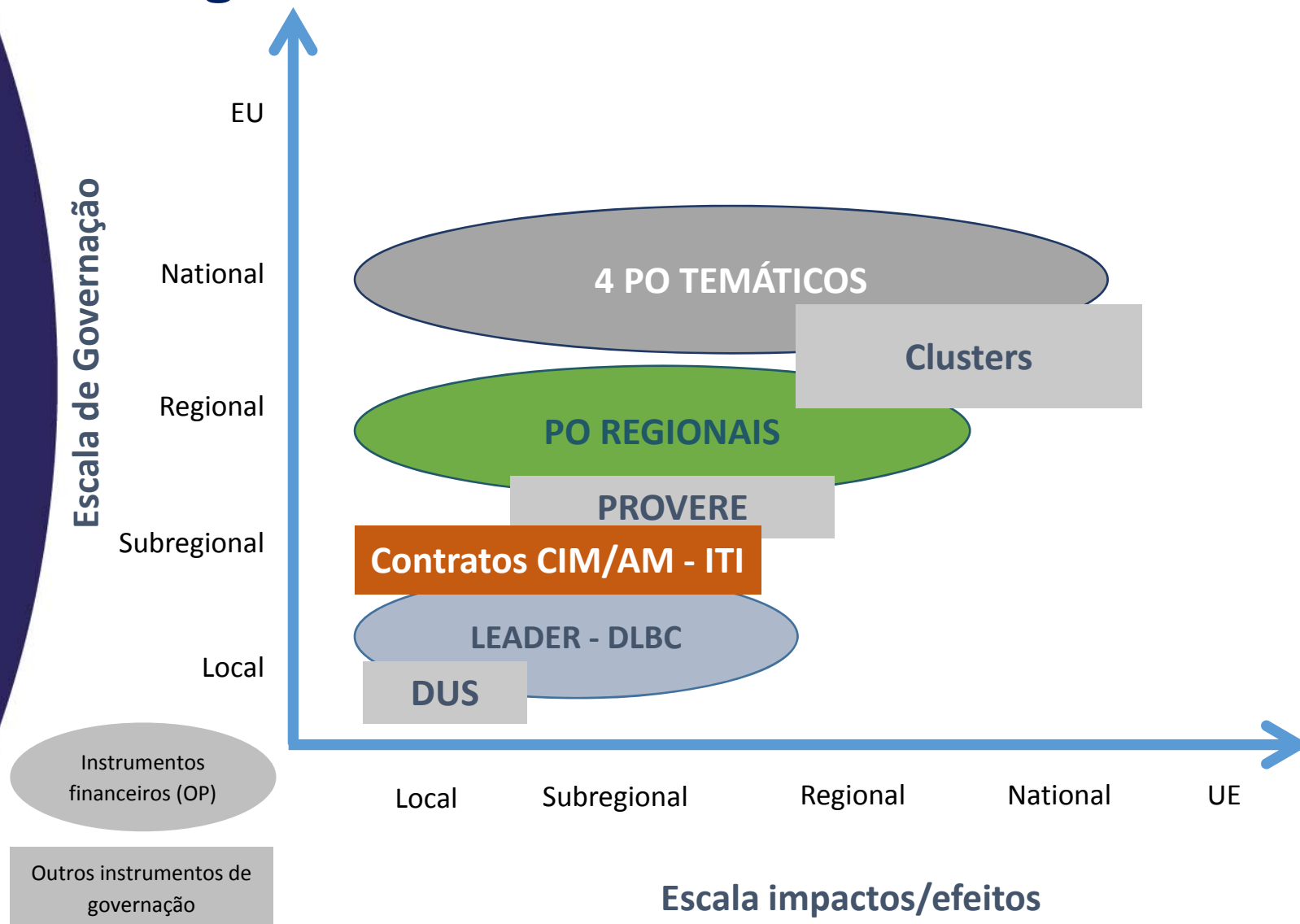


A contribuição dos fundos europeus para a governação multinível e para *novas geografias* nacionais

Abordagem PT 2020



Instrumentos de governação Portugal 2020



A Perspetiva Territorial no Portugal 2020



Estratégia Regional NUTS II

Estratégia RIS 3

EIDT - NUTS III

PROVERE

DLBC

88 GAL

ITI

22 CIM/AM

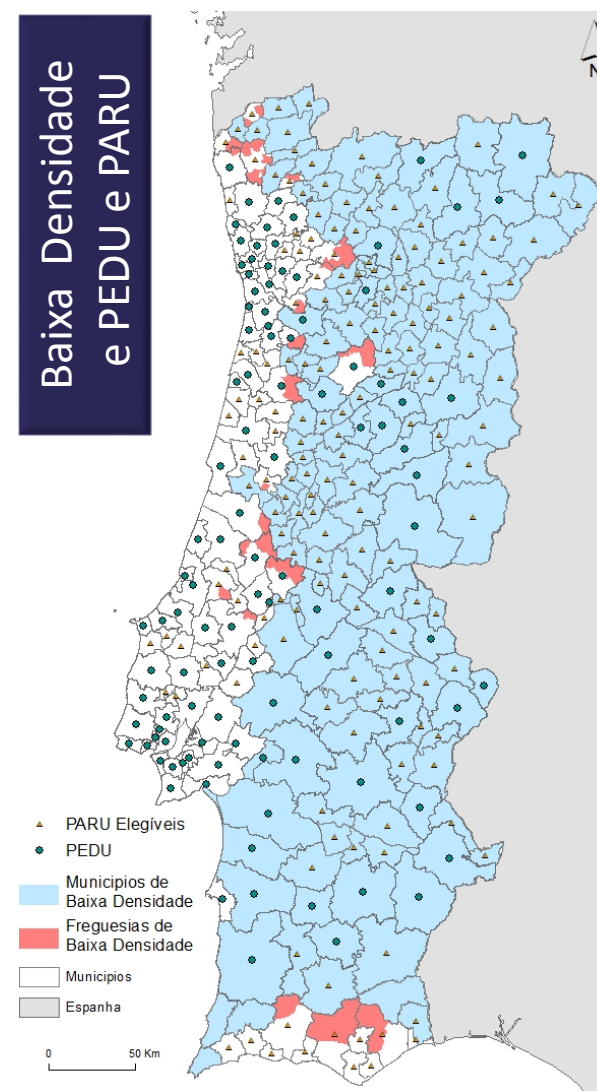
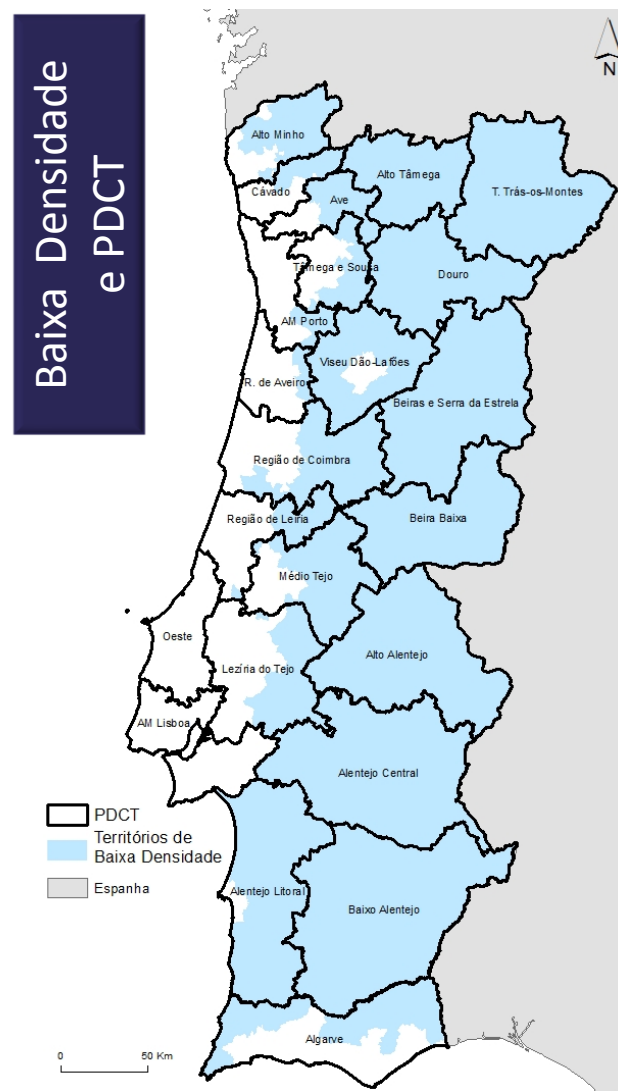
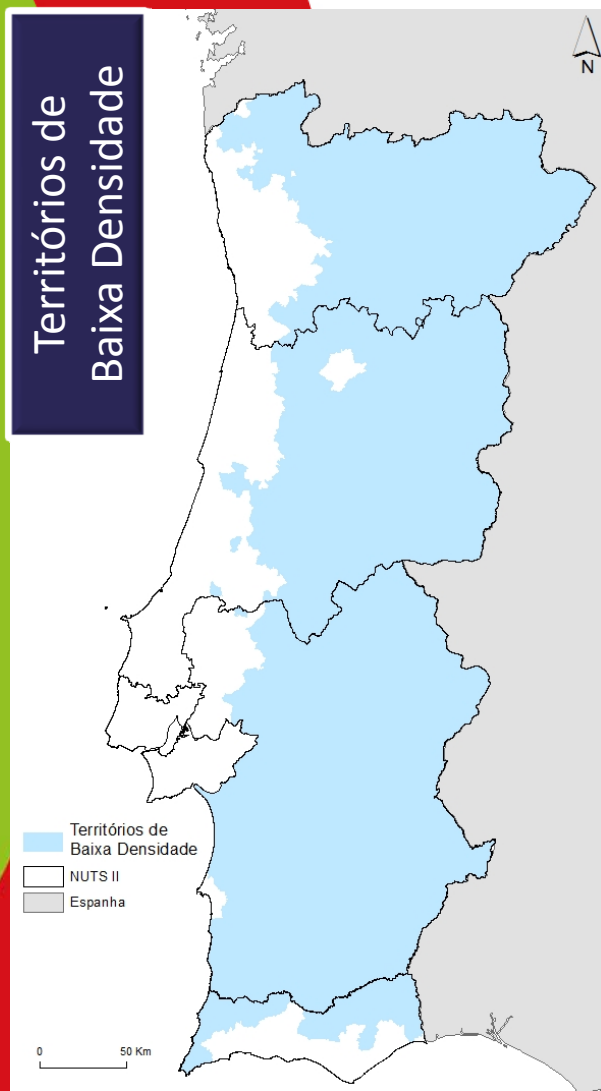
PEDU

105
centros urbanos

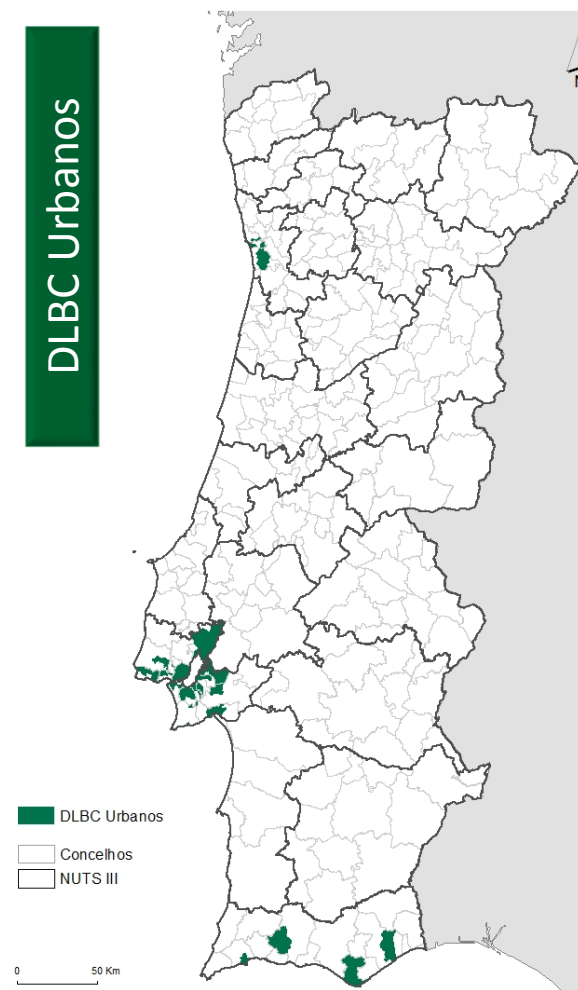
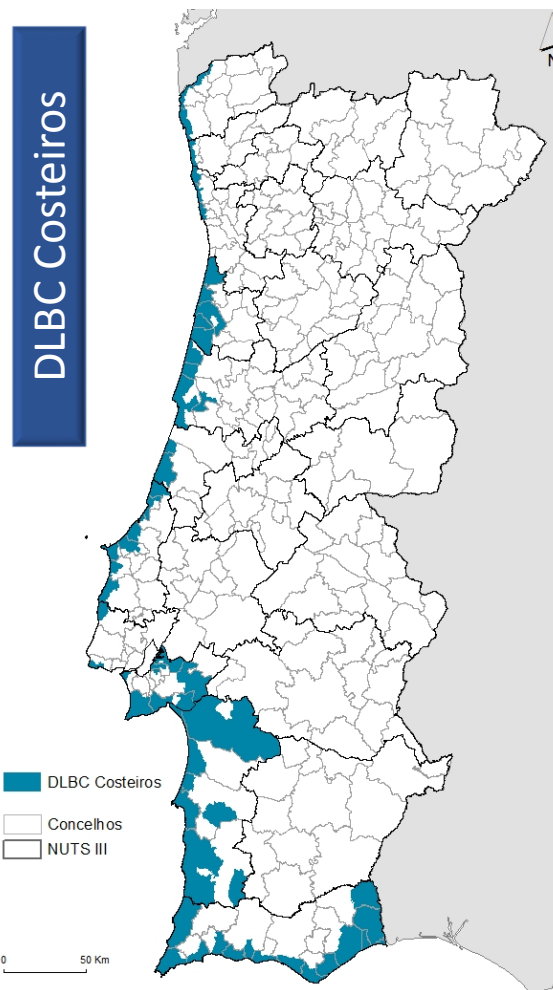
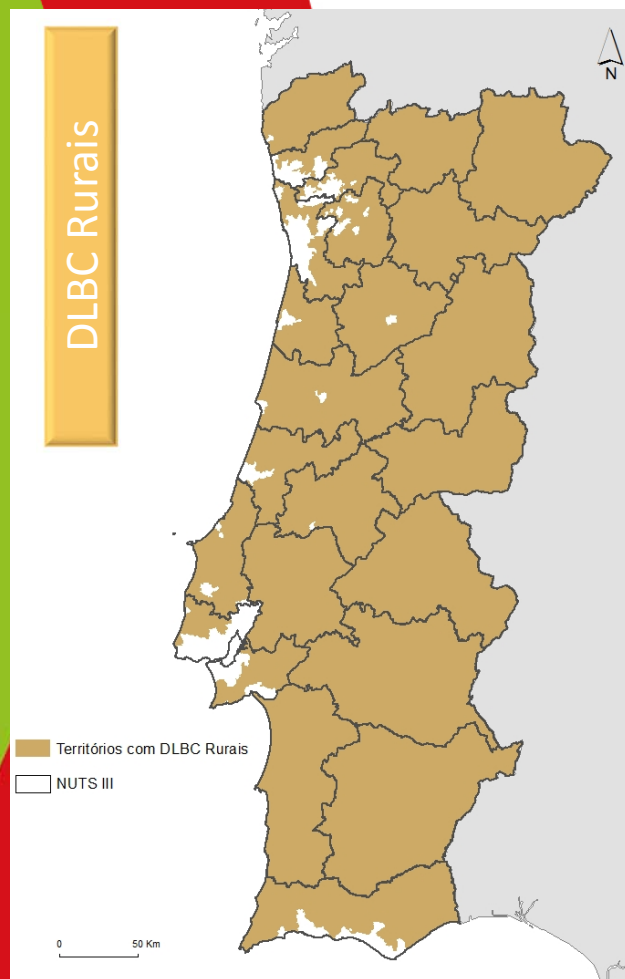
De acordo com o relatório: “Estratégias territoriais e urbanas integradas: como é que os FEEI adicionam valor em 2014-2020?”

- 692 estratégias DUS aprovadas (15% em Portugal);
- 128 estratégias não-DUS aprovadas (PDCT-ITI) (17% em Portugal)

Operacionalização dos Instrumentos Territoriais



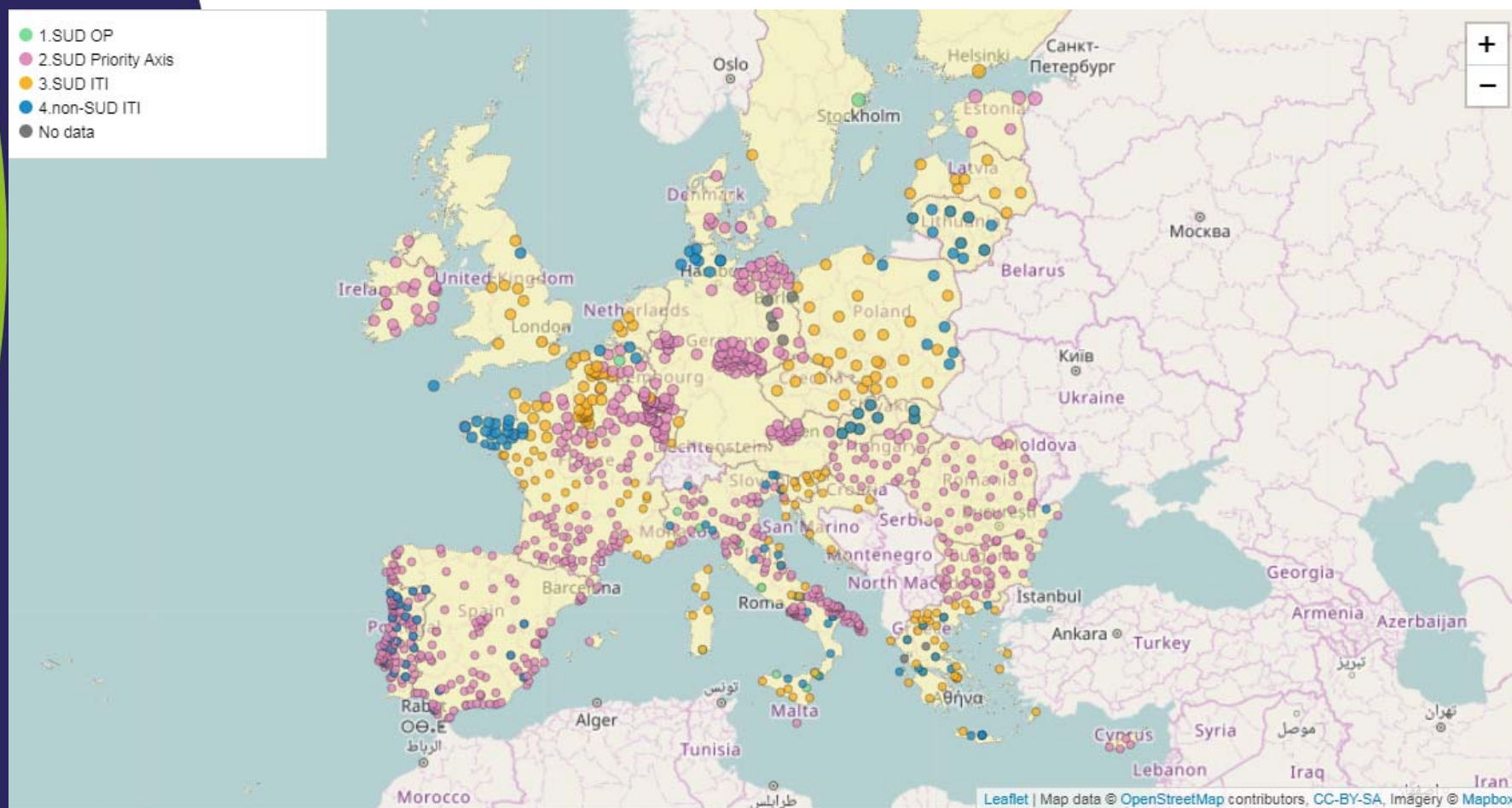
Operacionalização dos Instrumentos Territoriais



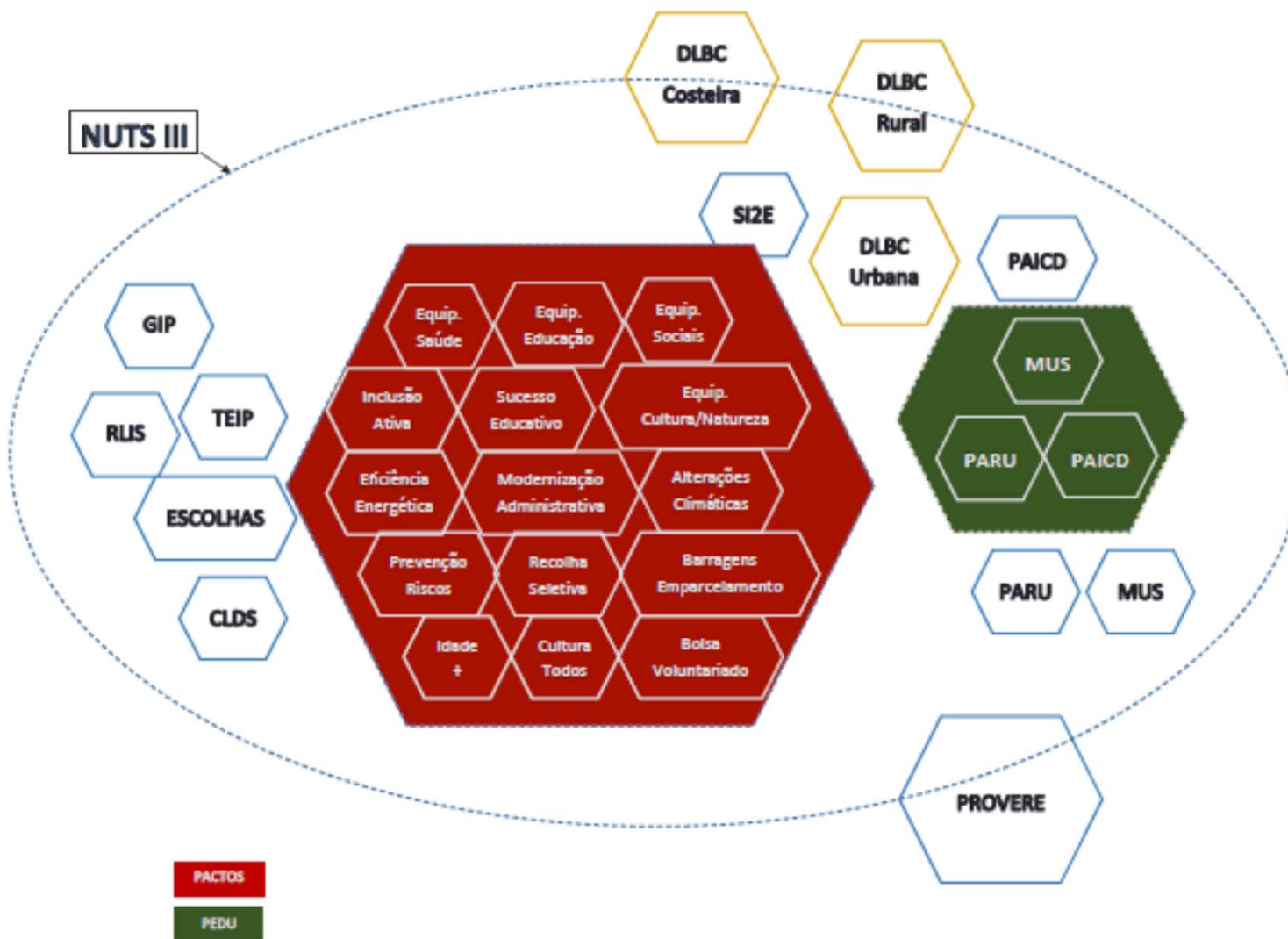
A abordagem Urbana na Política de Coesão 2014-2020

Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU) na EU


Mecanismos de implementação: PO, EP ou ITI



Intervenções territorializadas no Portugal 2020 e a contratualização (PDCT)



Principais resultados




Existência de uma vasta experiência de instrumentos de governança multinível, em linha com as boas práticas internacionais;



Capacidade de criação de um nível subregional num curto espaço de tempo;




Melhoria contínua da capacidade dos atores;




Existência de instrumentos de reporte e avaliação (centrados na aplicação da Política de Coesão).


Principais desafios




Sustentabilidade das estratégias (credibilidade das políticas) – não confundir estratégia/governança/financiamento;



Clarificação de competências entre os atores públicos...e reforço da coerência das “geografias administrativas”;




Racionalização/articulação de vários instrumentos com diferentes geografias e geometria de contratos variável (tratar diferente o que é diferente...e ser seletivo);




Não substituir/complementar a fragmentação setorial com a fragmentação de estratégias territoriais;


Principais desafios



Tensão entre orientação estratégica e resultados financeiros;



Reforçar a cultura de avaliação nos instrumentos de contratualização multi-nível;



Manter as ações de capacitação dos atores a todos os níveis (local, subregional, regional e nacional);



Necessário ser persistente:

- Resultados exigem tempo e políticas públicas coerentes com inovações incrementais;
- Relevância da credibilidade, da qualidade das parcerias e da apropriação pelos atores.

Obrigado

<http://www.adcoesao.pt/>

<http://www.portugal2020.pt>

<http://www.portugal2030.pt>